



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA
(ILAESP)**

**CIÊNCIAS ECONÔMICAS – ECONOMIA,
INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO**

**NOTAS SOBRE A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO NO
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO**

AMANDA MAGENIS DESIDÉRIO

Foz do Iguaçu
2016



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA
(ILAESP)**

**CIÊNCIAS ECONÔMICAS – ECONOMIA,
INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO**

**NOTAS SOBRE A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO NO
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO**

AMANDA MAGENIS DESIDÉRIO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas – Economia Integração e Desenvolvimento

Orientador: Prof. Dr. Gilson Batista de Oliveira

Foz do Iguaçu
2016

AMANDA MAGENIS DESIDÉRIO

**NOTAS SOBRE A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO NO
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Instituto Latino-Americano
de Economia, Sociedade e Política da
Universidade Federal da Integração Latino-
Americana, como requisito parcial à
obtenção do título de Bacharel em Ciências
Econômicas – Economia Integração e
Desenvolvimento

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Gilson Batista de Oliveira
UNILA

Prof^a. Me. Geisiane Michelle Z. de Pintor
UNILA

Prof. Dr. Exzolvilvres Queiroz Neto
UNILA

Foz do Iguaçu, 22 de julho de 2016.

Dedico este trabalho à minha família, por sua capacidade de acreditar em mim mais do que eu mesma e pela sua contribuição na minha formação enquanto pessoa.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu querido orientador, Professor Dr. Gilson Batista de Oliveira, por sua infinita paciência e pelo seu incentivo que são o que tornaram esse trabalho possível.

Aos meus amados pais, Manoel Scheffer Desidério e Nadir Magenis cujo cuidado, carinho e dedicação me transformaram na pessoa que sou hoje. Sem vocês nada disso seria possível.

Ao meu amor, Osmar da Silva Tavares Junior, obrigada pela sua paciência, pelo seu carinho, pelo seu companheirismo, pelo seu dom de me tranquilizar e pela Lollinha que é o melhor presente que já ganhei na vida.

A minha linda irmã Caroline Magenis Desidério Xesquevixos, que mesmo de longe sempre me apoiou e me deu suporte para ir adiante, com a segurança e a certeza de que não estou sozinha.

Aos professores do curso de Ciências Econômicas pela contribuição em minha formação acadêmica e aos meus colegas de turma, que tornaram a experiência muito mais divertida.

*“Uma mente necessita de livros da mesma forma
que uma espada necessita de uma pedra de
amolar se quisermos mantê-la afiada.”*

George R. R. Martin

DESIDÉRIO, Amanda Magenis. **Um estudo sobre a importância da educação no desenvolvimento econômico brasileiro**. 2016. 30 p. Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Ciências Econômicas – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2016.

RESUMO

Este trabalho procura entender a concepção de desenvolvimento e as relações existentes entre educação e desenvolvimento econômico e de que forma essas relações influenciam na distribuição de renda dos indivíduos e no desenvolvimento social das pessoas. Para tanto foi realizada uma pesquisa de revisão bibliográfica que procura definir os temas e relacioná-los a partir de várias vertentes teóricas. Além de buscar diferenciar os conceitos de crescimento e desenvolvimento econômico, procura-se explicitar a Teoria do Capital Humano, que tem Theodore W. Schultz como expoente, suas formulações no que tange à relação entre educação e desenvolvimento e as críticas a ela adjacentes. Também espera-se demonstrar que a dificuldade de acesso à educação e a má qualidade do ensino público resultam em um maior nível de desigualdade social, de modo que pessoas com níveis mais altos de educação absorvem maior parcela da renda, acentuando a desigualdade de renda. Diante das teorias revisitadas neste trabalho, entende-se que a educação é um aspecto relevante para compreender o processo de desenvolvimento econômico.

Palavras-chave: Desenvolvimento Econômico. Educação. Crescimento Econômico. Distribuição de renda. Capital Humano.

DESIDÉRIO, Amanda Magenis. **A study on the importance of education in Brazilian economic development**. 2016. 30 p. Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Ciências Econômicas – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, ano.

ABSTRACT

This paper seeks understanding about the concept of development and the relationship between education and economic development and how these relationships affect the distribution of income and social development of people. Therefore we carried out a literature review research that seeks to define the themes and relate them from various theoretical perspectives. Besides, looking to differentiate the concepts of growth and economic development, this paper will explain the Theory of Human Capital, which has Theodore W. Schultz as exponent, its formulations regarding the relationship between education and development and the critical adjacent to it. Also expected to demonstrate that the difficulty of access to education and the poor quality of public education result in a higher level of social inequality, so that people with higher levels of education absorb a higher share of income, accentuating income inequality. Facing the theories revisited in this work, it is understood that education is an important aspect to understand the process of economic development.

Key words: Economic Development. Education. Economic Growth. Income Distribution. Human Capital.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
ILAESP	Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política
FMI	Fundo Monetário Internacional
PIB	Produto Interno Bruto
PNB	Produto Nacional Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
UNILA	Universidade Federal da Integração Latino-Americana

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 DESIGUALDADE DE RENDA, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E EDUCAÇÃO.....	11
2.1 EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	14
3 CONSIDERAÇÕES SOBRE A RELAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO NO MUNDO E NO BRASIL	16
3.1 EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO NO BRASIL.....	23
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	25
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	26

1 INTRODUÇÃO

Apesar de muitas vezes não percebermos a relação entre a educação e a economia de modo aparente, existem vinculações importantes entre esses dois campos. Um exemplo disso é o modo como a educação pode afetar o desenvolvimento socioeconômico de um país, uma vez que a má qualificação da população é um problema recorrente em países com menores índices de desenvolvimento.

No que tange à distribuição da renda, por exemplo, é perceptível que indivíduos com um nível educacional mais elevado, possuirão também uma maior parcela de renda em relação àqueles de qualificação inferior. Nesse sentido, o estudo dessas relações se faz necessário para que se busque uma mudança na estrutura econômica e social da sociedade por meio da educação, e para que, através da transformação do sistema educacional, se eliminem, ou pelo menos se diminuam as disparidades existentes em relação à distribuição da renda.

Desta forma, esse trabalho é norteado pela seguinte pergunta: De que forma a educação afeta os níveis de desigualdade de renda no Brasil?

Espera-se demonstrar que a dificuldade de acesso à educação e a má qualidade do ensino público resultam em um maior nível de desigualdade social. Pessoas com níveis mais altos de educação absorvem maior parcela da renda, o que acentua a desigualdade de renda no Brasil. Assim, como objetivo geral busca-se entender a relação entre nível educacional e desigualdade de renda no Brasil dos anos 1970 até a atualidade.

Para cumprir o objetivo, como metodologia foi adotada a revisão bibliográfica, uma vez que esta permite trabalhar com a definição de teorias já conhecidas, além de ser possível analisar o tema sob diversas abordagens e enfoques a fim de criar uma compreensão mais aprofundada sobre o assunto (TOZONI-REIS, 2010). O roteiro de trabalho a ser seguido será a exploração das fontes bibliográficas (livros, revistas científicas, teses, relatórios de pesquisa entre outros, que contêm não só informação sobre determinados temas, mas indicações de outras fontes de pesquisa), a leitura do material (conduzida de forma seletiva, retendo as partes essenciais para o desenvolvimento do estudo) e a obtenção de conclusões a partir da análise dos dados de forma neutra.

2 DESIGUALDADE DE RENDA, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E EDUCAÇÃO

A distribuição de renda é um tema de grande importância das ciências sociais, em especial da Economia. Desde seu surgimento enquanto ciência é um de seus principais temas cuja análise se desenvolve em diversas dimensões devido à sua complexidade e ao viés ético que facilmente pode ser envolvido no debate.

A preocupação acerca do tema não é recente. No início do século XIX, com o surgimento da economia política clássica, grandes pensadores como Adam Smith, Thomas Malthus e David Ricardo já preocupavam-se com a questão da repartição da renda. De modo geral, segundo eles a renda total era distribuída de acordo com a participação de classe social na produtividade. David Ricardo, no prefácio do livro *Princípios de Economia Política e Tributação* (1817), versava sobre a temática, ao considerar como propósito da ciência econômica a explicação e a determinação da distribuição do produto gerado pelo trabalho na sociedade entre as classes na forma de renda, lucros e salários. Nas palavras de Ricardo (1996, p. 19):

O produto da terra – tudo o que se obtém de sua superfície pela aplicação combinada de trabalho, maquinaria e capital – se divide entre três classes da sociedade, a saber: o proprietário da terra, o dono do capital necessário para seu cultivo e os trabalhadores cujos esforços são empregados no seu cultivo. Em diferentes estágios da sociedade, no entanto, as proporções do produto total da terra destinadas a cada uma dessas classes, sob o nome de renda, lucro e salário, serão, essencialmente diferentes, o que dependerá principalmente da fertilidade do solo, da acumulação de capital e de população, e da habilidade, a engenhosidade e dos instrumentos empregados na agricultura. Determinar as leis que regulam essa distribuição é a principal questão da Economia Política.

Ainda no século XIX, John Stuart Mill, em *Princípios da Economia Política* (1848), dedica toda a segunda parte do livro à questão da distribuição de renda. Segundo ele a distribuição da renda, diferentemente dos processos de produção, sofre a interferência das instituições humanas, na forma de opiniões e sentimentos, consequências da natureza humana combinadas às leis do conhecimento e da experiência e às condições existentes das instituições sociais e da cultura moral e intelectual. (MILL, 1983)

Essa preocupação com a distribuição da renda, segundo Trindade (2010), é uma preocupação racional, uma vez que do ponto de vista econômico, a desigualdade de renda é indesejável, pois afeta de forma negativa aspectos determinantes do bem-estar social, tais como o crescimento econômico e os níveis de pobreza da população, e logo, o bom funcionamento de uma sociedade capitalista. Além disso, o descontentamento de diversos agentes sociais vem à tona na presença de uma situação de má distribuição da renda. Segundo Trindade (2010) esse sentimento de injustiça social é justificável e aliado a ele está a ampliação dos problemas sociais tais como o aumento da violência e da pobreza.

Segundo Barbosa (2012, p. 39), ao analisar a distribuição da renda deve-se levar em consideração diversos critérios e dimensões

[...] é importante ressaltar que há dois conceitos de distribuição de renda distintos. O primeiro deles é a distribuição funcional da renda, que analisa como a renda de uma nação é repartida entre as remunerações dos fatores de produção, classicamente salários, lucros e renda da terra. O segundo conceito consiste na distribuição pessoal da renda, que nada mais é do que a distribuição da renda entre os indivíduos da nação. Como os dados sobre as rendas pessoais são declarados, sabe-se que a distribuição pessoal da renda acaba dando conta apenas da renda do trabalho, não captando bem a renda do capital e da terra.

Nesse sentido, se o foco de análise for a inserção no processo produtivo, o conceito a ser utilizado é o da distribuição funcional da renda, que, como descrito por Barbosa (2012), é a descrição de como os ganhos de um determinado período em uma economia são divididos entre os diversos grupos da sociedade. Comparativamente, se o intuito for analisar como a renda do país é repartida entre os indivíduos, o conceito a ser utilizado é o da distribuição pessoal da renda, para investigar características individuais dos residentes daquela economia.

Considerando tais dimensões, a má distribuição é uma característica marcante da economia do Brasil e da América Latina de modo geral. No decorrer de sua história econômica, os países latino-americanos, em especial o Brasil, apresentam um elevado grau de desigualdade da renda quando comparados com o restante do mundo. Segundo dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) (2012), o Brasil fica em uma péssima posição quando avaliado sob a ótica do coeficiente de Gini.

Tal coeficiente mede o grau em que a distribuição de renda ou despesa de consumo entre os indivíduos ou agregados familiares dentro de uma economia desvia de uma distribuição perfeitamente igual. Um coeficiente de Gini de 0 representa igualdade perfeita, enquanto um coeficiente de 100 implica desigualdade perfeita, ou seja, quanto menor o coeficiente de Gini, menos desigualmente estão as pessoas do ponto de vista de suas remunerações (BANCO MUNDIAL, 2016).

O coeficiente de Gini do Brasil, segundo o PNUD (2013), é de 54,7. Isso é dizer que o Brasil, segundo esse coeficiente, é mais desigual que o Gabão (41,5), Gana (42,8), Filipinas (43,0), Uganda (44,3), Congo (44,4), Moçambique (45,7), Nigéria (48,8), Zâmbia (54,6), entre outros países que geram consideravelmente menos riqueza. Um país pode ser extremamente rico e ter como grande parte de sua população, pessoas muito pobres. Um país não tão rico pode ter habitantes que gozem de uma condição de vida melhor do que outrem, em um país de renda *per capita* superior, o que acontece com o Brasil e seu vizinho Uruguai (45,3).

Entretanto, o coeficiente de Gini não deve ser utilizado sozinho para analisar a desigualdade de renda de determinado país, visto que este pode ser enganoso algumas vezes se utilizado para fazer comparações entre países de densidades geográficas e/ou populacionais diferentes, como verificado no parágrafo anterior. O coeficiente pode apresentar algumas desvantagens se não for interpretado corretamente. Por exemplo, é possível que o coeficiente Gini de um país em desenvolvimento cresça enquanto o número de pessoas pobres diminua. Isso se dá devido ao fato do coeficiente medir a riqueza relativa e não absoluta. Mudanças na desigualdade da distribuição de renda medidas pelo coeficiente podem ocorrer devido a mudanças estruturais na sociedade (crescimento da população, explosão da taxa de natalidade, envelhecimento da população, emigração/imigração, educação, etc.).

Uma possível explicação para tamanha desigualdade, segundo Hoffmann (2001) pode ser encontrada na formação econômica e social dos países latino americanos, durante sua colonização. Segundo o autor, a concentração da posse de terra, durante um período no qual os países dependiam basicamente da produção e da exportação de produtos de caráter primário, é fator fundamental para explicar essa elevada desigualdade.

Leandro Karnal (2005), explica tal relação ao comparar o processo de colonização sofrido pelas colônias ibéricas e inglesas, observando que enquanto nas

colônias mais ao sul se formavam grandes propriedades, no norte ocorria o contrário. Segundo o autor, isso significa dizer que onde se formaram propriedades menores, ou, onde se teve uma maior distribuição da terra, também acabou por se dar uma maior distribuição de renda, logo, onde as propriedades eram maiores, a renda ficou mais concentrada. Essa observação é fundamental para a análise das atuais sociedades latino-americanas, uma vez que as estruturas formadas durante a colonização se mantiveram, engessaram os investimentos em ações voltadas para a organização das classes sociais e formaram uma sociedade controlada por uma elite conservadora e concentradora. Entretanto, não é suficiente para explicar a manutenção dessas estruturas até a atualidade.

No início dos anos 1970, Langoni (1973) relacionou o aumento dos níveis de desigualdade no Brasil com a precariedade do sistema educacional. Segundo o autor, para que se combatesse a desigualdade se fazia necessária a contínua expansão do sistema educacional. Para ele, a educação é o fator mais relevante para explicar a desigualdade de renda juntamente ao acesso à propriedade.

2.1 EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

A educação é um fator fundamental para o desenvolvimento econômico. Além de melhorar a qualidade de vida das pessoas através do enriquecimento da compreensão de si mesmo, do mundo e da sociedade, a educação desempenha um papel importante na economia ao colaborar para o progresso econômico e social de um país, além de ser um instrumento da melhora na distribuição de renda.

De forma geral, a educação sempre foi considerada fundamental para o desenvolvimento social de determinada população, principalmente como indicador de qualidade de vida. Entretanto, nem sempre foi associada ao desenvolvimento econômico e sim ao crescimento econômico, que inicialmente caracterizava o desenvolvimento econômico apenas como o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB)

Dessa ótica, no que tange ao campo da economia, a educação, desde muito tempo, é vista como um determinante do bem-estar social no sentido que é um determinante de crescimento econômico.

Segundo Hanushek (2010) a literatura referente ao crescimento econômico enfatiza pelo menos três mecanismos pelos quais a educação pode afetar esse

crescimento positivamente. O primeiro é o fato de a educação ser capaz de aumentar o capital humano inerente à força de trabalho, aumentando dessa forma a produtividade do trabalho. O segundo é o poder que a educação tem de aumentar a capacidade de inovação da economia, uma vez que novas tecnologias e produtos promovem crescimento. O terceiro mecanismo é a facilidade propiciada pela educação de difundir e transmitir o conhecimento necessário para entender processos e informações desenvolvidos por outrem e colocá-los em prática de forma satisfatória para que venham a gerar o crescimento.

Todavia, essa caracterização de que apenas o indicador de crescimento econômico (na forma do PIB) é suficiente para representar o desenvolvimento econômico de um país foi aos poucos derrubada para dar lugar a ideia de que o desenvolvimento econômico envolve mudanças qualitativas no que diz respeito ao modo de vida das pessoas e das estruturas produtivas. Autores como Raul Prebisch e Celso Furtado, corroboram a ideia de que o desenvolvimento econômico vai além do crescimento do PIB e do estoque de riquezas, sendo, na verdade, a contínua melhora da qualidade de vida dos indivíduos de modo geral (OLIVEIRA, 2002). Nesse sentido, é importante diferenciar esses conceitos, uma vez que o desenvolvimento econômico implica melhor distribuição de renda, enquanto o crescimento econômico, não.

Segundo Amartya Sen (1999) o desenvolvimento econômico deve ser visto como um processo de expansão das liberdades que as pessoas desfrutam, enquanto o crescimento econômico, ou o crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB), é meramente um meio de expandir tais liberdades. Segundo o autor, é necessário ao desenvolvimento que se removam as barreiras que privam as liberdades humanas¹, o que, por si só, o crescimento não seria capaz de fazer. O autor desenvolveu o conceito de desenvolvimento como liberdade, onde argumenta que o desenvolvimento é a expansão das capacidades humanas, ou seja, que as pessoas tenham acesso e oportunidade às coisas que se tem razão para valorizar, como a oportunidade a receber educação básica, por exemplo.

¹ “[...] pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos.” (SEN, 1999 p. 16-17)

3 CONSIDERAÇÕES SOBRE A RELAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO NO MUNDO E NO BRASIL

A evolução do capitalismo como sistema econômico mundial permitiu que mudanças fossem observadas nos métodos de produção que vigoravam até a Revolução Industrial. Através de melhorias - caracterizadas por avanços tecnológicos - como a transição de métodos de produção artesanais para a produção via máquinas, foi possível um significativo aumento na produtividade, no crescimento e no desenvolvimento econômico. Nesse sentido, o investimento em recursos humanos, especificamente na educação dos indivíduos, aparece na literatura como um fator fundamental ao desenvolvimento.

O acesso à educação, além de ser um dos direitos consagrados pela Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948) é também considerado por alguns autores como um fator estratégico para aqueles que almejam o desenvolvimento, por significar um aumento na produtividade. Essa relação entre educação e produtividade, que posteriormente ficaria conhecida como Teoria do Capital Humano é abordada por Adam Smith em 1776, em sua famosa obra *Uma Investigação sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações*, onde ele discorre sobre o tema colocando que:

O esforço natural de todo indivíduo de melhorar sua própria condição, quando o faz com liberdade e segurança, é um princípio tão poderoso que ele sozinho, e sem qualquer tipo de ajuda, não apenas consegue conduzir a sociedade para a riqueza e a prosperidade, mas é capaz de superar uma centena de obstruções impertinentes com as quais a insensatez das leis humanas com muita frequência atrapalha suas operações. (SMITH, 2009, p. 414)

O tema também foi abordado por Alfred Marshall, em seu livro *Princípios da Economia* (1890), no qual acredita que a oportunidade da classe trabalhadora à educação aumenta as possibilidades de descobrimento tecnológico, sendo o investimento educacional capaz de contribuir para o desenvolvimento da riqueza nacional. Em suas palavras “O mais valioso de todos os capitais é o que se investe em seres humanos”. (MARSHALL, 2011, p. 324)

Todavia, é a partir da década de 60 que a relação entre educação e desenvolvimento econômico é formalizada pelo autor estadunidense Theodore

Schultz, no que ele chamou de Teoria do Capital Humano. Schultz, ao desenvolver a Teoria do Capital Humano deu ênfase na educação enquanto investimento, criando o ramo da economia chamado de Economia da Educação e a terminologia como ficou posteriormente conhecida:

Proponho para tratar a educação como um investimento no homem e tratar as suas consequências como uma forma de capital. Como a educação torna-se uma parte da pessoa que a recebe, vou me referir a ela como capital humano [...] é uma forma de capital quando torna-se um serviço produtivo de valor para a economia. A principal hipótese subjacente a este tratamento da educação é que alguns aumentos importantes na renda nacional são uma consequência de adições ao estoque desta forma de capital. (SCHULTZ, 1963, p. 571 *apud* Marginson, 1993, p. 37, tradução nossa)

Schultz (1971) buscou mostrar que países em desenvolvimento como o Japão e a Alemanha, destruídos durante a Segunda Guerra Mundial, foram capazes de reconstruir suas economias de forma bastante rápida devido ao investimento na capacidade humana em forma de educação, resultando em desenvolvimento da área econômica e aumento da competitividade. De acordo com o autor, “ao investirem em si mesmas, as pessoas podem ampliar o raio de escolha posto à disposição. Esta é uma das maneiras por que os homens livres podem aumentar o seu bem-estar” (SCHULTZ, 1971, p. 33).

Para Schultz, embora seja uma constatação clara que as pessoas adquiram capacidades e conhecimentos úteis a partir da educação, não está claro que esses conhecimentos e capacidades caracterizam um tipo de capital, e que esse capital é substancialmente um produto do investimento deliberado, basicamente, que a qualidade da força de trabalho, resultante do investimento educacional, incide na produtividade e constitui um dos parâmetros determinantes do nível econômico de uma sociedade.

De acordo com o Relatório do Banco Mundial sobre o Desenvolvimento (1991, p. 39) a Teoria do Capital Humano de Schultz coloca a ênfase da contribuição do capital humano para o desenvolvimento:

O papel do capital humano tornou-se especialmente claro na experiência das economias do Leste asiático, que investiam fortemente em educação e treinamento. Pesquisas sobre a produtividade da educação esclareceram o vínculo entre capital humano e desenvolvimento (Schultz, 1961). Em toda essa obra, o

acúmulo de capital humano desponta como um dos mais poderosos motores do desenvolvimento.

A partir da formalização do conceito de capital humano por Schultz, a educação passa a ser entendida como imprescindível no contexto do crescimento e do desenvolvimento econômico. Em 1964, Gary Stanley Becker faz uma análise acerca do conceito de capital humano, a fim de verificar o custo-benefício das atividades que aumentam a produtividade, concluindo que o investimento na educação não só contribui para o crescimento econômico, como também possibilita melhora nos rendimentos individuais e atua positivamente sobre a saúde e a formação das famílias. (BECKER, 2008, p. 35 *apud* KELNIAR; LOPES e PONTILI, 2013, p. 4). Segundo Becker (2008, p. 1),

Escolaridade, um curso de computador, as despesas com assistência médica e palestras sobre as virtudes da pontualidade e honestidade são também capital. (...) Portanto, os economistas consideram gastos com educação, formação, assistência médica, e assim por diante como investimentos em capital humano. Eles são chamados de capital humano porque as pessoas não podem ser separadas de seus conhecimentos, habilidades, saúde ou valores na forma como eles podem ser separados de seus ativos financeiros e físicos. (BECKER, 2008, p. 1, tradução nossa).

Explorando a teoria do capital humano de um ponto de vista mais aplicado, Jacob Mincer formulou um estudo econométrico para análise das taxas de retorno dos investimentos em educação. De acordo com Chaves (2002, p. 403), Mincer conseguiu integrar a teoria do investimento em capital humano em um contexto compatível com modelos formais da teoria econômica, resultando na função salário do capital humano, que veio a se tornar uma ferramenta fundamental em pesquisas sobre salário e rendimentos.

A título de síntese, fundamentalmente para os autores visitados acima, o trabalho das pessoas corresponde a mais do que simplesmente um fator de produção, devendo ser considerado uma forma de capital, chamado capital humano. Quanto maior a qualidade desse capital, mais produtivo ele é, devido à intensidade do treinamento e da educação que cada trabalhador obtém no decorrer de sua vida. Desse modo, a melhoria na qualidade do capital humano, além de melhorar a capacidade individual do trabalhador, é decisiva para o aumento na riqueza e no crescimento econômico, sendo as políticas que procuram elevar a qualidade do

capital humano as mais eficazes para reduzir as desigualdades sociais e a pobreza, de modo a promover o desenvolvimento econômico.

Segundo o Relatório do Banco Mundial sobre o Desenvolvimento (1991, p. 5) o investimento nas pessoas, se conduzido de maneira correta e eficaz, constitui a base mais forte para o desenvolvimento:

O aumento da produtividade é o motor do desenvolvimento. Mas o que faz aumentar a produtividade? A resposta é o progresso tecnológico, o qual, por sua vez, é influenciado por história, cultura, educação, instituições políticas de abertura nos países em desenvolvimento e industrializados. A tecnologia é difundida através do investimento no capital físico e humano e através do comércio. Há fortes indícios de vínculos entre produtividade e investimentos no capital humano e a qualidade do contexto econômico.

A relação é reafirmada nas formulações do documento de Políticas do Banco Mundial para a Educação Primária (Banco Mundial, 1992, p. 2 *apud* Torres, 1998, p. 131), no qual argumenta-se que a falta de reformas e de financiamento da educação acarretaram custos econômicos, sociais e políticos para os países em desenvolvimento:

A educação é a pedra angular do crescimento econômico e do desenvolvimento social e um dos principais meios para melhorar o bem-estar dos indivíduos. Ela aumenta a capacidade produtiva das sociedades e suas instituições políticas, econômicas e científicas e contribui para reduzir a pobreza, acrescentando o valor e a eficiência ao trabalho dos pobres e mitigando as consequências da pobreza nas questões vinculadas à população, saúde e nutrição [...].

E novamente, a relação aparece no conteúdo do relatório de desenvolvimento em 1995:

[...] A educação é um importante instrumento de promoção do crescimento econômico e da redução da pobreza. [...] A educação pode ajudar a reduzir a desigualdade, proporcionar novas oportunidades aos pobres e, conseqüentemente, aumentar a mobilidade social. (BANCO MUNDIAL, 1995, p. 15-18)

É possível perceber que a Teoria do Capital Humano procura desintegrar a oposição entre o capital e o trabalho, buscando mostrar ao trabalhador que, na verdade, ele não é dono da força de trabalho e sim de um novo tipo de capital, o capital humano. Ao afirmar que a educação é capaz de transformar uma pessoa de qualificação mais baixa em uma de qualificação alta, a teoria sugere que as pessoas

pobres só o são pois faltam-lhe conhecimentos necessários para se tornarem produtores mais hábeis e, assim, aumentarem seus rendimentos. A valorização da educação e a possibilidade de mobilidade dessa teoria baseia-se no mérito individual, e, desse modo, ao relacionar a posição social do indivíduo com suas capacidades desenvolvidas educacionalmente, a teoria transfere os sucessos e fracassos exclusivamente ao indivíduo. Nesse sentido, segundo Aguiar (2008, p. 13):

A educação seria, assim, um meio de ascensão social que permitindo a mobilidade dos indivíduos no interior da estrutura social, funcionaria como o grande motor do desenvolvimento e do progresso técnico e humano. Essa concepção de educação filia-se a uma corrente de pensamento – a liberal, que apregoa ser a riqueza e a pobreza consequências naturais do esforço/mérito individual de cada um. Pressupondo-se a existência de igualdade de direitos e oportunidades para que todos desenvolvessem suas “potencialidades”, o bom cidadão é o indivíduo que consegue prosperar na vida.

A igualdade mencionada no trecho não se refere às condições de cada indivíduo, uma vez que estes são diferentes entre si e possuem capacidades diversas, explicando dessa forma que seria natural o sucesso social ser alcançado por alguns e por outros não. Nessa perspectiva, as desigualdades sociais decorrentes do acúmulo da riqueza, da propriedade privada e da detenção dos meios de produção, desigualdades essas geradas pelo sistema capitalista, acabam sendo disfarçadas.

É possível perceber, diante do exposto pelas teorias anteriormente mencionadas, que a noção de investimento em capital humano denota uma preocupação acerca do aumento da produtividade com viés puramente ligado ao crescimento e ao desenvolvimento econômico do capital, sem prever, entretanto, as consequências políticas, culturais e socioeconômicas que poderiam recair sobre as pessoas, uma vez que, tal investimento, tornar-se-ia uma forma de desenvolvimento mecânico do próprio capital. Marx (1867, p. 289 *apud* Kelnar; Lopes e Pontili, 2013, p. 3), antes mesmo de a terminologia ser criada e das teorias subsequentes, entendia que o investimento em educação era necessário para que se alterassem as relações sociais de subjugação da sociedade e não como simples instrumento dos interesses do capital por dar condições materiais de lucro resultantes do conhecimento produtivo, com vistas apenas a expansão econômica, e não

necessariamente, da social.

De acordo com Souza Filho (2010) diante de tal perspectiva, os objetivos finais da educação passariam a atender, contraditoriamente, os pressupostos do mercado e, esse investimento na educação com vistas à produtividade econômica, deslocaria a função primordial da educação, de formar cidadãos críticos e atuantes política e socialmente, a fim de projetar realizações materiais através do processo de formação profissional².

De forma geral, na concepção dos estudiosos estudados até aqui, com a educação sendo considerada instrumento fundamental para o crescimento econômico e fonte de produtividade, a mesma passa a ser concebida como a raiz da melhora na posição social dos indivíduos, e analogamente, a estratificação social torna-se resultado dessa produtividade, ocasionada pelo conhecimento e habilidade adquiridos através da educação. A desigualdade social resultante de níveis educacionais diferentes é considerada democrática, uma vez que, teoricamente, a educação proporciona as mesmas condições a todos.

Diante dessa perspectiva, é importante salientar que, apesar da maioria dos estudiosos colocarem a educação como o alicerce fundamental para o desenvolvimento pleno das nações, existem divergências teóricas e diferentes propósitos para tanto. É possível perceber que, dependendo da orientação e da posição ideológica dos autores que tratam sobre o tema, aqueles mais ortodoxos defenderão a ideia de educação como fator promotor do desenvolvimento, através da produtividade, enquanto os mais heterodoxos verão o desenvolvimento como condição para uma educação de qualidade.

Nesse sentido, críticas à Teoria do Capital Humano observam que nem sempre a causalidade entre educação e aumento na renda e na produtividade pode ser sustentada, uma vez que existem outros fatores na sociedade que interferem no acréscimo de renda, como a propriedade e as estruturas de poder. Dessa maneira,

² “Inspirada na Teoria do Capital Humano, a educação no neoliberalismo passou a ser vista como um investimento: atribuiu-se ao sistema educacional a tarefa de preparar recursos humanos para atender às demandas dos projetos no campo econômico. A educação passou a ser pensada como forma de apropriação de capital, enquanto melhoria da qualificação da mão-de-obra, intensamente vinculada ao desenvolvimento que se faz com base na tecnologia, na criação e implementação dessa tecnologia e na sua relação com a produtividade. Neste enfoque, o homem não é visto como ser humano e sim como força de trabalho, necessária aos vários níveis e tipos de qualificação técnica. A ideologia economicista e tecnocrata coloca prioridade na concepção de educação vinculada ao desenvolvimento econômico, onde o investimento no homem deve ser visto como fator de produtividade econômica”. (SOUZA FILHO, 2010, p. 3)

os ideais da teoria acabam por levar apenas a reformas educacionais e nada faz para sugerir mudanças nas estruturas de produção e de apropriação capitalista.

Segundo Carnoy e Bowles (1971 *apud* Emediato, 1977), a inclusão nessa ou naquela classe social afeta significativamente os níveis de instrução e de rendimentos em uma sociedade capitalista, devendo assim, serem consideradas outras fontes de rendimento para traçar de fato um panorama da significância da educação no desenvolvimento de um país. Segundo Emediato (1977), é esse o motivo pelo qual em países subdesenvolvidos realizaram-se reformas educacionais funcionalistas e tecnocráticas a fim de ajustar sua estrutura educacional às exigências econômicas³.

O entendimento que o investimento nas teorias acerca do capital humano no processo educacional associa-se à produtividade para alcançar o desenvolvimento/crescimento econômico é fundamental para compreender a crítica política ao investimento em educação a serviço apenas do interesse econômico em detrimento ao processo de formação humana. Todavia, isso não significa que a associação entre a educação e determinantes sociais e econômicos seja ruim, e sim que as concepções estudadas até aqui ainda não são suficientes para a análise da relação entre educação e desenvolvimento.

Logo, considerando que a educação se configura em mais que uma simples forma de investimento e de manutenção do capital, e vai além de melhores salários ou empregos, chega-se a ideia que uma boa educação possibilita a expansão das liberdades individuais, de modo que permita ao indivíduo sair de uma situação de alienação para uma de atuação, a fim de tornar-se capaz de promover mudanças.

Nesse sentido, a definição de Amartya Sen (1999) acerca do desenvolvimento enquanto liberdade e expansão das capacidades humanas e do acesso às coisas que se tem razão para valorizar, tais como a oportunidade a uma educação de qualidade, desafia o conceito ortodoxo de medir o desenvolvimento a partir do crescimento econômico e da produtividade. Apesar de o autor reconhecer que o

³ A preparação técnico-pragmática tende a substituir aquilo a que se chama currículo humanista e acadêmico e a preparação profissional tende a corresponder às necessidades da indústria, mais do que à escolha individual. É criada uma estrutura mais hierárquica, com cursos de formatura no vértice, a fim de dotar o sistema com a tecnocracia de que este necessita para orientar a racionalização da produção. Sob a ação destes valores sociais, a escolha e o investimento incontrolado de capital humano darão origem à superprodução e a uma oposição de interesses entre o modelo de desenvolvimento e as aspirações individuais da população. (CARNOY e BOYLES 1971 *apud* EMEDIATO, 1977, p. 217).

aumento nos rendimentos das pessoas pobres contribui para a expansão de suas liberdades, ele defende que o aumento do lucro por si só é na melhor das hipóteses desigual, e na pior, pode ter impactos negativos para grande parte da população de determinado país sendo medidas redistributivas radicais necessárias para que os mais pobres possam ser beneficiados pelo crescimento.

3.1 EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO NO BRASIL

A partir da década de 50, organismos multilaterais como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM), passam a atuar no contexto global no sentido de direcionar políticas públicas nas áreas sociais, principalmente através de programas socioeconômicos elaborados com o intuito de promover ajustes estruturais. A partir das atuações desses organismos multilaterais, os interesses com vistas ao desenvolvimento do comércio passaram a orientar as relações de mercado, delegando à periferia função de abrir seu mercado aos produtos europeus, ficando encarregada do desenvolvimento de atividades primárias na divisão internacional do trabalho. É nesse contexto que os programas educacionais aparecem como ações dessas instituições no combate à pobreza (FARIAS, 2015).

Com a formalização do conceito de capital humano por Schultz na década de 60, a educação passa a ser entendida como imprescindível no que tange ao crescimento econômico e a mobilidade social. A educação é colocada em evidência nos países desenvolvidos a fim de buscar soluções para a pobreza e para a integração racial, e por ser considerada, sobretudo um instrumento de mobilidade social. Nos países subdesenvolvidos, notadamente no Brasil, que se industrializava sob a égide do capital estrangeiro, aconteciam mudanças sociais, explosões demográficas e processos contínuos de urbanização. Nesse contexto, a teoria do capital humano foi um elemento fundamental das políticas educacionais implantadas no Brasil entre as décadas de 60 e 70.

A expansão econômica mundial durante o período era impulsionada pela tecnologia, e, para o desenvolvimento de novas tecnologias, torna-se necessária a pesquisa e a inovação. O mercado necessitava então cada vez mais do treinamento das pessoas para que movimentassem o mercado. A educação foi apresentada como solução para as demandas tecnológicas do mercado. Assim como no restante

do mundo, no Brasil também foi necessária a capacitação da mão de obra para exercer os novos trabalhos decorrentes do processo de industrialização. Tal capacitação foi direcionada às escolas, para que as mesmas formassem indivíduos de acordo com a nova orientação para o trabalho em serviço do acúmulo de capital guiado por orientações econômicas liberais.

Segundo Fonseca (2008) as orientações que as escolas recebiam tinham objetivo de adequá-las, através da proposta pedagógica tecnicista, à política e ao mercado econômico, que se encontrava em pleno desenvolvimento. Com a grande ênfase que foi dada pelos estudos econômicos e pelas organizações multilaterais à educação, os conceitos de Schultz da teoria do capital humano passam a ser utilizados para explicar o investimento em educação para o crescimento econômico e para a qualificação para o mercado de trabalho. É nesse contexto que a educação passa a ser o meio de atender as exigências da ordem econômica onde o capital subjugava o trabalho aos seus interesses e necessidades. Segundo Sobral (2000, p. 4),

Assim, há uma mudança na forma de legitimação possibilitada pela educação. Se anteriormente a mobilidade social resultante do acesso à educação expressava uma sociedade mais aberta e democrática, nas décadas de 60 e 70 a legitimação tem base mais econômica, ou seja, o importante é o papel da educação no desenvolvimento. O que importa nesse período é o crescimento econômico e menos a fluidez da sociedade.

É no final da década de 70 que a educação no Brasil passa do enfoque econômico para um enfoque mais político e social da educação. A busca pela democratização da sociedade traz a educação para o âmbito político e para a formação crítica do cidadão com vistas ao desenvolvimento pleno.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho procurou, a partir da análise das diversas teorias que relacionam educação, distribuição de renda e desenvolvimento econômico, demonstrar que é fundamental conhecer os determinantes que fazem com que o Brasil tenha uma distribuição de renda tão desigual mesmo perante todo o montante de riquezas que é gerado para que se possa formular políticas no sentido de reduzir tais desigualdades. Ao longo do trabalho foi possível perceber a extensão da literatura referente ao tema e verificar como o tema é atual para a discussão da disparidade de renda brasileira.

O primeiro capítulo procurou demonstrar que a educação é sim um fator fundamental para o desenvolvimento econômico, pois, além de melhorar a qualidade de vida das pessoas através do enriquecimento da compreensão de si mesmo, do mundo e da sociedade, a educação desempenha um papel importante na economia ao colaborar para o progresso econômico e social de um país além de ser um instrumento da melhora na distribuição de renda. Além disso, concluiu que a educação é um determinante do bem-estar social no sentido que é um determinante de crescimento econômico. Todavia, verificou-se que utilizar apenas crescimento econômico como indicador não é suficiente para representar o desenvolvimento econômico de um país, e sim que o desenvolvimento econômico envolve mudanças qualitativas no que diz respeito ao modo de vida das pessoas e das estruturas produtivas.

A partir das ideias apresentadas e das teorias revisitadas, é possível concluir que a relação entre educação e desenvolvimento deve ultrapassar a barreira de investimento e de manutenção do capital, e ir além de melhores salários ou empregos, ao chegar a ideia que uma boa educação possibilita a expansão do desenvolvimento do ser humano econômica e socialmente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, L. C. **Educação e desenvolvimento na política educacional brasileira dos anos 60 e o legado da teoria do capital humano na política dos anos 90.**

Aracaju: Unisul, 2008 p. 13. Disponível em: <

<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe5/pdf/989.pdf>> Acesso em 15 de julho de 2016.

BANCO MUNDIAL. **Educação primária: documento de política do Banco Mundial. Washington, DC, 1992.** apud TORRES, M. R. Melhorar a qualidade da educação básica? As estratégias do Banco Mundial. In: TOMMASI, L.; WARDE, M. J.; HADDAD, S. (Org.). *O Banco Mundial e as políticas educacionais*. 2.ed. São Paulo: Cortez; 1998.

BANCO MUNDIAL. **Banco de dados.** Disponível em:

<<http://data.worldbank.org/indicador/SI.POV.GINI>> Acesso em 20 de janeiro de 2014.

BARBOSA, L. M. L. H. **A evolução recente da distribuição de renda brasileira sob a ótica das estruturas sócio-ocupacionais.** Dissertação de Mestrado

apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGE) do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2012.

Disponível em: < <http://goo.gl/nHvk95> > Acesso em: 20 de junho de 2016.

BECKER. G. S. **Human Capital.** The Concise Encyclopedia of Economics. David R. Henderson, ed. Liberty Fund, Inc. 2008. Library of Economics and Liberty. Disponível em: <<http://www.econlib.org/library/Enc/HumanCapital.html>> Acesso em: 16 de julho de 2016.

BECKER, G. S. Human capital: a theoretical and empirical analysis, with special reference to education. Chicago: The University of Chicago Press, 1964. In:

KELNIAR, V. C.; LOPES, J. L.; PONTILI, R. M. **A teoria do capital humano:**

revisitando conceitos. Campo Mourão: 2013. Disponível em <<http://goo.gl/o1fDhE>>

Acesso em: 14 de julho de 2016.

BOWLES, S. **Class Power and Mass Education.** In: EMEDIATO, C. A. **Educação e transformação social.** *Análise Social*, XIV(54), 1978-2, 207–217. Disponível em: <

<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223988831F4kNP5ba1Hw59NP3.pdf>>

Acesso em: 8 de julho de 2016.

CARNOY, M. Class Analysis and Investment in Human Resources: A

Dynamic Model. 1971. In: EMEDIATO, C. A. **Educação e transformação social.**

Análise Social, XIV(54), 1978-2, 207–217. Disponível em: <

<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223988831F4kNP5ba1Hw59NP3.pdf>>

Acesso em: 8 de julho de 2016.

FARIAS. F. A. **Gellner, a educação e os organismos multilaterais.** Fortaleza,

2015. Disponível em:

<<http://www.tensoesmundiais.net/index.php/tm/article/viewFile/396/449>> Acesso em

02 de julho de 2016.

FEIJÓ, R. **Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Atlas, 2007.

FONSECA, L. S. Em tempos de despossessão, precariedades na educação como política de Estado e no PETI como política de governos. **Trabalho necessário** v. 7, p. 7, 2008. Disponível em: <<http://www.uff.br/trabalhonecessario/images/TN07FONSECA,L.pdf>> Acesso em 28 junho de 2016.

GREMAUD, A. P. et al. **Manual de Economia**. São Paulo: Saraiva, 2003.

HOFFMANN, R. **Distribuição de renda e crescimento econômico**. Estudos Avançados. vol. 15. São Paulo, 2001. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n41/v15n41a07.pdf>> Acesso em: 21 de janeiro de 2016.

JUNIOR, W. S. S. A desigualdade de renda e sua relação com a distribuição educacional no Brasil. **Revista Orbis Latina**, Foz do Iguaçu, v. 3, n. 1, p. 55-65, jan./dez. 2013.

KARNAL, L. **Estados Unidos: A Formação da Nação**. São Paulo: Editora Contexto, 2005. p. 17.

LANGONI, C. G. **Distribuição de renda e desenvolvimento econômico no Brasil**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1973.

MARSHALL. A. (1890) **Principles of Economics**. Londres: Macmillan and Co. 8ª Edição, 2011. Disponível em: <http://files.libertyfund.org/files/1676/Marshall_0197_EBk_v6.0.pdf> Acesso em 15 de julho de 2016.

MARTINS, G. A. **Manual para elaboração de monografias e dissertações**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MILL, J. S. (1848) **Princípios da Economia Política: Com algumas de suas aplicações à filosofia social**. São Paulo: Nova Cultural, 1983. p.260 (Os economistas) Disponível em: <<http://goo.gl/uplMng>> Acesso em 12 de fevereiro de 2016.

OLIVEIRA, G.B. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista da FAE**, Curitiba, v.5, n.2, p.37-48, maio/ago. 2002.

PNUD. PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (2013). **Inequality-adjusted Human Development Index**. Disponível em: <<http://data.un.org/DocumentData.aspx?q=gini&id=379>>. Acesso em: 20 de janeiro de 2016.

RICARDO, D. (1817). **Princípios de Economia Política e Tributação**. São Paulo: Nova Cultural, 1996. p. 19 (Os Economistas)

SCHULTZ, T. W. **O Capital Humano: Investimentos em Educação e Pesquisa.** Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1971.

SCHULTZ, T. W. **The Economic Value of Education.** Nova Iorque: Columbia University Press, 1963. In: MARGINSON, S. **Education and public policy in Australia.** Nova Iorque: Cambridge University Press, 1993. Disponível em: <<https://goo.gl/Rz6dia>> Acesso em: 07 de julho de 2016.

SIMIONI, M. **Distribuição de renda é desenvolvimento - Meta é melhorar a distribuição funcional da renda, aumentando participação de salários no PIB 2010 .** Ano 7 . Edição 60. Brasília, 2010. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=1285:reportagens-materias&Itemid=39> Acesso em 15 de maio de 2016.

SMITH, A. **A riqueza das nações: uma investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações.** Tradução de Getúlio Schanoski Jr. São Paulo: Madras, 2009. Título Original: An inquiry into the nature and causes of the wealth of nations.

SOBRAL, F. A. F. **Educação para a competitividade ou para a cidadania social?** São Paulo, 2000. 9 p. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/spp/v14n1/9797.pdf>> Acesso em: 24 de junho de 2016.

TOZONI-REIS, M. F. C. **Metodologia da pesquisa.** 2. ed. Curitiba: IESDE Brasil S. A., 2010. 192 p.

TRINDADE, F. V. **Distribuição de renda e educação: a discussão brasileira a partir da década de 70.** 2010. 56 f. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2010. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/29457/000776955.pdf?sequence=1>> Acesso em 23 de março de 2016.